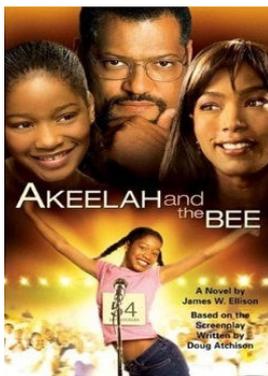


Prova de Fogo: uma reflexão sobre o filme na perspectiva das relações étnico-raciais

LUCIENE CECILIA BARBOSA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o filme “Prova de Fogo”, do ano de 2006, sob a direção de Doug Atchison. A trama tem como protagonista a jovem atriz negra, Keke Palmer, que interpreta uma personagem de 11 anos de idade, Akeelah, que se destaca entre os demais alunos – pela facilidade em lidar com o universo das palavras – em uma escola pública na periferia dos Estados Unidos. A história se dá em função do campeonato nacional de soletração dos Estados Unidos da América. O filme, rico no quesito relações humanas, fornece elementos para reflexões sobre variados temas sociais presentes na realidade, dentro desta perspectiva a escolha deu-se em torno da problemática étnico-racial no espaço escolar.

Palavras-chave: Racismo; Preconceito; Identidade.



Sinopse

A história tem como protagonista uma menina de 11 anos Akeelah (Keke Palmer), que é muito habilidosa com as palavras. O talento da estudante é valorizado pelo diretor da escola, Sr. Welch (Curtis Armstrong), que a inscreve no concurso nacional de soletração dos Estados Unidos da América. Com a ajuda do professor Larabee (Laurence Fishburne), Phd em Literatura, Akeelah descobre possibilidades, desenvolve capacidades e influencia todos que estão à sua volta com sua coragem e determinação. O filme aborda vários temas sociais, entre eles, a questão étnico-racial.

Ficha Técnica

Título: Prova de Fogo

Título original: Akeelah and the Bee

Direção e roteiro: Doug Atchison

Ano: 2006

Origem: Estados Unidos

Duração: 112 minutos

Elenco

Keke Palmer – Akeelah; Laurence Fishburne – Dr. Larabee; Angela Bassett – Tanya (mãe de Akeelah); J. R. Villareal – Javier; Sean Michael – Dylan; Curtis Armstrong – Sr. Welch; Sahara Garey – Georgia; Tzi Ma – Sr. Chui;



* **LUCIENE CECILIA BARBOSA** é Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Especialista em Gestão Educacional. Atualmente é Assistente Pedagógica no Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Leciona no curso de Pedagogia da Faculdade das Américas. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo (NEINB/USP). Integra o Banco de Avaliadores do INEP/MEC.

Introdução

Ao analisar o filme “Prova de Fogo” pode-se afirmar que é difícil assisti-lo sem um envolvimento emocional, uma vez que vem à tona, no transcorrer da trama, características tão inerentes ao ser humano como a superação de obstáculos, a determinação, a insegurança e o preconceito. Akeelah, a jovem protagonista, supera todas as adversidades que encontra pelo caminho. Ela é uma garota negra e pobre, aluna de uma escola desprovida de recursos materiais. A própria garota chega a duvidar da possibilidade de ser a vencedora do concurso nacional de soletração do seu país. Percebe-se nesta história o papel fundamental do educador como mediador do conhecimento e incentivador de Akeelah para que ela vencesse, primeiramente, a si mesma e, depois, participasse da competição, uma vez que ela demonstrava condições para isso.

Akeelah acaba sendo convencida pelos professores das possibilidades concretas de ser uma forte concorrente no concurso. A partir desta convicção, passa a ter determinação e começa a superar barreiras como, por exemplo, o comportamento contrário de sua mãe em relação à sua participação no evento. O filme chama a atenção para outro tema, em pauta no cotidiano das escolas aqui no Brasil, que é a relação entre a escola, a família e a comunidade. Compreende-se que essa relação é fundamental para um bom desenvolvimento e aproveitamento do aluno.

A protagonista vive uma realidade muito parecida com a de muitas crianças brasileiras: o pai foi assassinado e sua mãe, Tanya (Angela Basset), precisou trabalhar fora para garantir o sustento dos filhos. Um dos

irmãos de Akeelah está envolvido com uma gangue, o outro serve à aeronáutica e sua irmã adolescente, um pouco mais velha do que ela, já tem um filho para cuidar. É dentro desta realidade que a garota se supera e vai rumo à vitória no campeonato de soletração. Ela acaba por mudar a rotina de sua família e de todos que estão em seu entorno em função da competição.

O filme demonstra a importância do papel mediador do professor no processo educativo e, nesse caso específico, na vida pessoal da aluna. O talento de Akeelah foi descoberto devido à sensibilidade de uma professora, que percebeu sua familiaridade e facilidade em lidar com o universo das letras e palavras.

A questão da diversidade étnica também se faz presente na trama. Assim como Akeelah, a protagonista negra, outros colegas de competição não-brancos ficam em evidência durante o desenrolar da história. É o caso de Javier (J.R. Villareal), um latino-americano, e Dylan (Sean Michael), um garoto descendente de orientais. Dylan é muito pressionado por seu pai que, a qualquer custo, exige que seu filho vença o concurso. Ao observarmos estas três personagens – Akeelah, Javier e Dylan – percebe-se uma quebra do padrão estético europeu muito utilizado pelos diretores no Brasil – o filme mostra uma história protagonizada por uma garota negra (Akeelah), e dois garotos um latino (Javier) e um descendente de chinês (Dylan). Contudo, este fato não exclui as situações de preconceitos na trama. A desigualdade social, por exemplo, é uma marca que se encontra presente. A realidade de Akeelah é contrária à realidade de seus concorrentes, Javier e Dylan. Os meninos, além de contar com o apoio de seus pais, eram alunos de

uma escola bem equipada, com recursos. Já Akeelah, além de não receber o apoio de sua mãe, freqüentava uma escola na qual não havia portas. Esta situação é enfatizada pela jovem ao receber o comunicado do diretor de que iria participar do concurso. Neste contexto, ela verbaliza: “Como posso representar uma escola que não tem sequer portas?”

Foram muitas as adversidades vencidas pela garota, e esse é um dos motivos pelo qual o filme, do início ao fim, emociona. Muitas vezes, para estudar e se preparar para o concurso, Akeelah deslocava-se horas de ônibus até a escola dos colegas, Javier e Dylan, pois lá era possível encontrar melhores condições de estudos. Além disso, a garota, ao contrário dos outros participantes do concurso, não podia contar com o apoio da família, só mais tarde, diante da determinação da estudante, sua mãe rende-se e passa a incentivá-la na realização de seu sonho de ser campeã norte-americana de soletração.

A resistência da mãe de Akeela não é uma postura gratuita. Em uma conversa com a filha, ela remete-se ao passado e a informa que um dia ela também estudou e passou no vestibular em uma boa universidade, no entanto não teve condições para concluir o curso e isso foi muito decepcionante. Tanya temia que a filha tivesse o mesmo destino e ficasse decepcionada com o resultado final do seu esforço. Felizmente, o destino de Akeelah foi outro, ela chegou ao final do campeonato com Dylan. No fim do campeonato, a ficção propicia uma lição de vida – é possível, mesmo em uma competição, exercitar posturas e atitudes baseadas nos sentimentos de lealdade, solidariedade e respeito ao próximo.

Uma reflexão sobre o universo das relações étnico-raciais

O racismo também se faz presente na trama, tal situação é protagonizada pelo pai de Dylan (descendente de orientais). Ele exterioriza seu comportamento racista quando verbaliza que se seu filho perder para uma menina negra, não vencerá mais ninguém na vida. Pode-se afirmar que aí surge uma possível discussão sobre a questão da identidade, a partir de autores como Silva (2000) e Hall (2001).

Uma reflexão em torno da questão da identidade propõe pensar a relação entre o “eu” e o “outro”, o ser e não ser, do pertencimento e da identificação. Autores como Hall (2001) e Silva (2000) trabalham e discutem a identidade a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Hall salienta que identidade é formada historicamente:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo (...). Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (Hall, 2001: 39)

O processo de identificação com um grupo, o reconhecimento da identidade, é sempre um processo marcado pela diferença, definido pela inclusão e exclusão, pois quando se afirma o que eu sou deixo subentendido o que eu não

sou. Ao afirmar: Sou negra – me incluo e me identifico com um determinado grupo. Quer dizer que eu não sou branca. A afirmação e a negação caminham juntas, assim como a identidade e a diferença.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. “Os pronomes “nós” e “eles” não são aqui simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. (Silva, 2000: 82)

Ao analisar alguns dos diálogos entre as personagens deste filme é perceptível a importância da linguagem na construção do discurso, pois as palavras não surgem do nada, por trás delas existe um valor ideológico. Percebe-se este fato quando o pai de Dylan afirma: “Se você perder para aquela negra, não vencerá mais ninguém na sua vida”. O que ele poderia ter dito que não disse? O que ele disse já foi dito de diferentes maneiras em diversos lugares e momentos na História. Cabe aqui destacar o que afirma Orlandi. Segundo a autora:

... o dizer sempre podia ser outro. Ao dizer “sem medo” eu poderia dizer “com coragem”. (...) os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. Quando nascemos os discursos já estão em processo e

nós é que entramos nesse processo eles não se originam em nós. (Orlandi, 2005: 35)

O filme chama a atenção para o fato de como a ideologia pode “esconder-se” na essência das palavras. Em um certo momento, o professor mediador do conhecimento e incentivador de Akeelah, Larebee, profere a seguinte frase: “Martin Luther King e Du Bois usaram as palavras para transformar o mundo, eles não adquiriram palavras apenas para memorização”. Esta cena ocorreu em um momento em que a estudante questionava-o sobre o motivo pelo qual ela teria que conhecer as histórias de líderes mundiais, uma vez que precisaria apenas soletrar palavras. O questionamento de Akeelah propicia a reflexão sobre a importância da linguagem nas relações sociais. Como afirma Orlandi, os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. Segundo a autora, os dizeres:

São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presente no modo como se diz (...). Esses sentidos têm a ver como o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (Orlandi, 2005: 30)

Ao assistir ao filme percebe-se que há elementos relevantes na história que propiciam uma discussão sobre a questão das relações étnico-raciais. É evidente que a trama se passa nos Estados Unidos da América, onde a realidade étnico-racial difere da experiência brasileira, todavia é possível contextualizar a história no contexto da realidade étnico-racial brasileira.

Diante dos fatos reais constata-se que há uma propagação da ausência de uma memória positiva em relação ao negro e à África, perpetuando-se, cada vez mais, uma memória (coletiva) repleta de dados incorretos. Tal afirmação reforça-se nas palavras de Le Goff ao abordar a relação entre memória e poder:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990:42)

As crenças embasadas e defendidas pelas teorias racistas se perpetuam até hoje nas relações humanas. Embora, cientificamente, a biologia desconheça a hierarquização das chamadas “raças humanas”, sociologicamente, no imaginário coletivo da sociedade, a hierarquia étnico-racial permanece. Essa crença aparece no filme “Prova de Fogo” no discurso do pai de Dylan quando ele diz que se o filho perder o campeonato para uma garota negra não vencerá mais ninguém na vida.

A implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08¹ apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde todos possam exercer, de fato, sua cidadania. As leis propiciam o debate e uma revisitação à História que está repleta de dados incorretos em relação à África e aos afrodescendentes. Ao

¹ As Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas instituições de ensino no Brasil.

analisar o universo das relações étnico-raciais entre crianças e adolescentes, sobretudo, no espaço escolar, pode-se afirmar que, de acordo com as pesquisas realizadas sobre o tema, o preconceito étnico-racial e, portanto, as práticas racistas, infelizmente, estão presentes no universo infanto-juvenil².

Neste cenário marcado pela falta de uma cultura que, de fato, respeite a diversidade e enxergue a diferença não como um defeito que precisa ser corrigido, mas como parte desta identidade, em um sistema que “alimenta”, há séculos, a desigualdade étnico-racial. No caso do Brasil, as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, surgem como exercício da diversidade étnico-cultural que compõe o Brasil. É uma resposta à luta secular do povo negro que é imprescindível na construção da história deste país.

A importância do debate étnico-racial na escola

De acordo com os estudos a inserção do debate étnico-racial faz-se necessário na área da educação, desde os anos iniciais da Educação Básica. As pesquisas comprovam que as primeiras resistências às diferenças manifestam-se, ainda, na primeira infância. Os educadores podem e devem incentivar a discussão deste tema na escola propiciando à comunidade escolar um espaço democrático, de fato, onde possam exercer sua cidadania com o direito à diferença.

Como ressalta Perrenoud (2000) o combate aos preconceitos e às

² Entre vários trabalhos publicados sobre o tema podemos destacar “Superando o Racismo na Escola”, organizado por Kabengele Munanga (2005) e o livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar” de Eliane Cavalleiro (2000), em que a pesquisadora analisa diversas situações de racismo vivenciadas por crianças negras na educação infantil.

discriminações exige uma energia inesgotável. Gomes (2008) sinaliza para a dificuldade do exercício da interdisciplinaridade na abordagem da questão étnico-racial pelos educadores, pois, é comum pensar que o tema deva ser tratado apenas pelos professores da disciplina de História; é preciso pensar, antes de tudo, que a discussão do tema não é “perda de tempo”, não é “afastar-se do essencial”. O debate sobre o assunto pode e deve perpassar, também, outras disciplinas.

Discutir a questão étnico-racial faz parte da concepção de uma educação voltada para a cidadania. Tal idéia converge com o que afirmam autores que tratam da questão da gestão escolar e da democracia, como, por exemplo, Paro (2007) e Luck (2010). Paro (2007) salienta que a Escola Fundamental deve pautar-se numa dupla dimensão: individual (autodesenvolvimento do educando) e social (formação do cidadão para exercício pleno de sua cidadania). É necessário pensar na educação para a democracia como um componente fundamental da qualidade de ensino.

É frequente nas abordagens sobre relações étnico-raciais situar a discussão como um problema do “aqui e agora”, é muito comum o racismo ser encarado como um problema pessoal (do negro) e não como um problema social. Ora, o problema étnico-racial é uma questão pertinente a toda sociedade, cabe a essa sociedade tomar conhecimento do problema e pensar em estratégias para resolvê-lo.

O pertencimento a um grupo simbolicamente privilegiado traz mais vantagens do que pertencer a um grupo historicamente estigmatizado de forma negativa. Como não desejar fazer parte de um grupo que foi e continua sendo colocado como paradigma estético e

cultural? Quem deseja se identificar com o que é considerado ruim? As questões do pertencimento e da identidade estão ligadas diretamente à autoestima e à memória coletiva de um povo. Por isso, torna-se fundamental a desconstrução dos preconceitos e estereótipos relacionados à população negra e à cultura africana e afro-brasileira.

As discussões em torno dos reconhecimentos de identidades acontecem dentro de um panorama político, no qual os marginalizados requerem seus direitos de cidadania e as mesmas oportunidades das quais desfrutam o opressor. A postura da contestação sempre gera conflitos entre os grupos envolvidos.

Há um discurso de que o problema no Brasil não é étnico-racial e sim social. De acordo com Munanga, entre outros autores, esse bordão serve para evitar a análise do pólo branco na gama étnico-racial brasileira e retardar a tomada da consciência da população negra e branca em relação às desigualdades étnico-raciais. O que de fato há por trás do medo da igualdade? Não seria o medo de tornar “direito de todos” os privilégios, que, historicamente, são reservados apenas há alguns?

Reivindicar a igualdade é algo sempre visto como uma possível ameaça para quem, historicamente, é detentor do poder. A demarcação dos espaços identitários é, antes de tudo, uma postura política e ideológica.

Historicamente, a população negra tem sido representada de forma estereotipada nos livros didáticos e na mídia, sendo que, especialmente, a televisão é um exemplo do imaginário brasileiro que valoriza e cultua o padrão europeu, em detrimento de outros

povos, como as populações: negra, indígena e asiática.

Os dados de pesquisas como IBGE e IPEA³ comprovam – a afirmação do Movimento Negro – a exclusão da população negra do sistema educacional e no mercado de trabalho. As práticas racistas, diferentemente do que defendem alguns, não se trata de opinião, é um crime que interfere negativamente no exercício da cidadania da população negra e, por conseguinte, reproduz e perpetua a desigualdade étnico-racial.

Como afirma Freire (1996) o educador deve ser detentor de uma postura reflexiva e questionadora. A escola, com seus educadores, funcionários e gestores, está diante do desafio de não apenas cumprir a lei, por conta de sua obrigatoriedade, mas de criar e propiciar um ambiente onde, de fato, haja uma metodologia de ensino/aprendizado para promover a vivência dos Quatro Pilares da Educação propostos por J. Delors (1998): Aprender a aprender / Aprender a fazer / Aprender a conviver / Aprender a ser. Uma escola que tem como foco uma gestão democrática e participativa deve promover alternativas didáticas que contemplem a diversidade e consolidem a igualdade étnico-racial em uma sociedade multirracial, como é o caso da sociedade brasileira.

Reconhecer a necessidade e a importância do debate na escola exige uma postura reflexiva por parte de educadores, gestores e toda a comunidade escolar. Para Borges (2010) o processo reflexivo e crítico é uma maneira de ultrapassar a condição de mero reproduzidor e a possibilidade de

levantar problemas e questionar a realidade.

Combater as injustiças que perpassam a “nossa” História é tarefa de todos aqueles que estão comprometidos com a construção de uma sociedade em que sobressaia o respeito e a tolerância ao igual, mas, sobretudo, ao diferente. É importante que o educador em sua prática docente esteja engajado em desvelar o sentido ideológico que se manifesta por meio do ensino para manutenção do *status quo*. Um dos caminhos possíveis é a revisão da história pautada pelos interesses da dominação. O papel dos profissionais da educação nesse desafio é fundamental para a construção de uma sociedade igualitária.

Considerações finais

A aplicabilidade das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 pode ser considerada uma proposta pedagógica que vai ao encontro da concepção de uma escola democrática e participativa. A discussão na educação sobre esta problemática propicia a todos revisitar e questionar a nossa História com os seus silêncios, os seus esquecimentos e suas distorções. Os educadores têm papel fundamental, como líder, no desafio de contribuir para a desconstrução de estereótipos em relação à população negra e ao continente africano perpetuados há séculos.

Deve-se considerar que a formação da identidade do indivíduo não está alheia às influências históricas e culturais, ao contexto no qual ele se encontra inserido. A identidade de um indivíduo está diretamente ligada ao sentimento de pertencimento. E, dificilmente, as pessoas, sobretudo, as crianças e os adolescentes, desejam pertencer ao que é considerado inferior ou ruim segundo o consenso social. É preciso desconstruir

³ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

por meio da educação os estereótipos e combater o racismo que alimenta a desigualdade racial étnico-racial no Brasil cotidianamente, e, que, a escola muitas vezes, o reproduz de forma naturalizada.

Referências

BORGES, Rita de Cássia. **O Professor Reflexivo-Crítico como mediador do processo de inter-relação da leitura – escrita.** In: GARRIDO PIMENTA, S. Professor Reflexivo no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF, outubro de 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2002.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gestões escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Nilma. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: MOREIRA Flavio & CANDAU Vera (Orgs.). Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP& A editora, 6ª ed. 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas-SP, Unicamp, 1990.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele (organizador). **Superando o Racismo na Escola.** 2ª edição Revisada. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas, SP. Pontes, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para ensinar: Convite à Viagem.** 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença.** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em 2015-09-20
Publicado em 2015-10-14